



**CGM MANAUS - CONTROLADORIA GERAL DO
MUNICÍPIO DE MANAUS**
500 questões gabaritadas
Técnico Municipal de Controle Interno

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	85

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25

NOÇÕES DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL E CONTROLES INTERNO E EXTERNO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	24

SUMÁRIO



NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	26

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12

SUMÁRIO





1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

UMA LEMBRANÇA

Foi em sonho que revi a longamente amada; sentada numa velha canoa, na praia, ela me sorria com afeto. Com sincero afeto – pois foi assim que ela me deixou aquela fotografia com sua letra suave e ginásiana.

Lembro-me do dia em que fui perto de sua casa apanhar o retrato que me prometera na véspera. Esperei-a junto a uma árvore; chovia uma chuva fina. Lembro-me de que tinha uma saia escura e uma blusa de cor viva, talvez amarela; que estava sem meias. Os leves pelos de suas pernas lindas queimados pelo sol de todo dia na praia estavam arrepiados de frio. Senti isso mais do que vi, e, entretanto, esta é a minha impressão mais forte de sua presença de catorze anos: as pernas nuas naquele dia de chuva, quando a grande amendoeira deixava cair na areia grossa pingos muito grandes. Falou muito perto de mim, e perguntei se tomara café; seu hálito cheirava a café. Riu, e disse que sim, com broas. Broas quentinhas, eu queria uma? Saiu correndo, deu a volta à casa, entrou pelos fundos, voltou depois (tinha dois ou três pingos de água na testa) com duas broas ainda quentes na mão. Tirou do seio a fotografia e me entregou.

Dei uma volta pela praia e pelas pedras para ir para casa. Lembro-me do frio vento sul, e do mar muito limpo, da água transparente, em maré baixa. Duas ou três vezes tirei do bolso a fotografia, protegendo-a com as mãos para que não se molhasse, e olhei. Não estava, como neste sonho de agora, sentada em uma canoa, e não me lembro como estava, mas era na praia e havia uma canoa. “Com sincero afeto...” comi uma broa devagar, com uma espécie de unção.

Foi isso. Ninguém pode imaginar por que sonha as coisas, mas essa broa quente que recebi de sua mão vinte anos atrás me lembra alguma coisa que comi ontem em casa de minha irmã. Almoçamos os dois, conversamos coisas banais da vida da cidade grande em que vivemos. Mas na hora da sobremesa a empregada trouxe melado. Melado da roça, numa garrafa tampada com um pedaço de sabugo de milho – e veio também um prato de aipim quente, de onde saía fumaça. O gosto desse melado com aipim era um gosto de infância.

Foi no tempo da descoberta da beleza das coisas: a paisagem vista de cima do morro, uma pequena caixa de madeira escura, o grande tacho de cobre areado, o canário belga, uma comprida canoa de rio de um só tronco, tão simples, escura, as areias do córrego sob a água clara, pequenas pedras polidas pela água, a noite cheia de estrelas... Uma descoberta múltipla que depois se ligou tudo a essa moça de um moreno suave, minha companheira de praia.

Foi em sonho que revi a longamente amada; entretanto, não era a mesma; seu sorriso e sua beleza que me entontecia haviam vagamente incorporado, atravessando as camadas do tempo, outras doçuras, um nascimento dos cabelos acima da orelha onde passei meus dedos, a nuca suave, com o mistério e o sossego das muitas antigas, os braços belos e serenos. Gostaria de descansar minha cabeça em seus joelhos, ter nas mãos o músculo meigo das panturrilhas.

Tudo o que envolve a amada nela se mistura e vive, a amada é um tecido de sensações e fantasias e se tanto a tocamos, e prendemos e beijamos é como querendo sentir toda sua substância que, entretanto, ela absorveu e irradiou para outras coisas, o vestido ruivo, o azul e branco, aqueles sapatos leves e antigos de que temos saudade; e quando está junto a nós imóvel sentimos saudade de seu jeito de andar; quando anda, a queremos de pé, diante do espelho, os dois belos braços erguidos para a nuca, ajeitando os cabelos, cantarolando alguma coisa, antes de partir, de nos deixar sem desejo mas com tanta lembrança de ternura ecoando em todo o corpo.

(BRAGA, Rubem. 200 crônicas escolhidas. Círculo do Livro S.A. – São Paulo. Fragmento.)



1. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

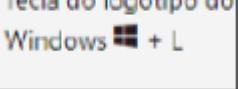
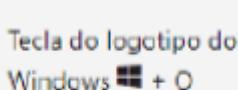
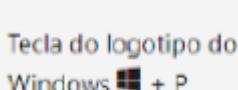
Os diretórios “C:\Arquivos de programas” e “C:\Arquivos de Programas (x86)” são pastas padrão em Sistemas Operacionais Windows (Configuração Padrão – Idioma português Brasil), e sua função está relacionada à organização e armazenamento de aplicativos instalados no sistema. No Windows 10 Pro (Configuração Padrão – Idioma Português Brasil), em sua versão 64 Bits, por padrão em sua grande maioria, em qual diretório são instalados os aplicativos 64 Bits?

- (A) C:\Windows
- (B) C:\Windows\System32
- (C) C:\Arquivos de programas
- (D) C:\Arquivos de programas(x86)

2. INSTITUTO CONSULPLAN - 2024

No ambiente corporativo, o uso de múltiplos monitores oferece várias vantagens para o usuário como, por exemplo, aumento da área de trabalho, facilidade para realizar multitarefas, referência e comparação de informação e aumento da produtividade em geral, pois reduz a necessidade de alternar entre os aplicativos, tornando mais fácil manter o foco nas tarefas em andamento. No Windows 10 Pro (Configuração Padrão – Idioma português – Brasil), é possível alterar a forma com que o Windows projeta a área de trabalho; ele oferece as seguintes opções – “Tela do computador somente”, “Duplicar”, “Estender” e “Segunda tela somente”.

Qual combinação de tecla ativa a opção “Projetar” do modo de exibição da apresentação do Windows?

- (A)  Tecla do logotipo do Windows + L
- (B)  Tecla do logotipo do Windows + M
- (C)  Tecla do logotipo do Windows + O
- (D)  Tecla do logotipo do Windows + P



Noções de Administração Financeira e Orçamentária

1. (2023)

O orçamento público é o instrumento de planejamento que detalha a previsão dos recursos a serem arrecadados (impostos e outras receitas estimadas) e a destinação desses recursos (ou seja, em quais despesas esses recursos serão utilizados) a cada ano. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento é peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica as prioridades do Governo para a sociedade.

BRASIL. Ministério da Economia. Orçamento Público. Brasília: Ministério da Economia, [s. d.] Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento>. Acesso em: 24 jun. 2028.

Nesse contexto, qual fundamento é adequado para uma correta elaboração e execução de orçamento público?

- (A)O orçamento público não permite a realocação de recursos entre os diferentes programas e projetos governamentais.
- (B)O orçamento público não exige a necessidade de auditoria do uso dos recursos públicos.
- (C)O orçamento público é um instrumento que permite ajustes e adaptações ao longo do ano fiscal.
- (D)As despesas e receitas do orçamento público são registradas de forma genéricas, para melhorar arrecadação, fiscalização e administração das receitas públicas.
- (E)O orçamento público se limita ao registro das despesas e receitas prioritárias.

2. (2023)

Orçamento público é conceituado como

- (A)instrumento legal que estabelece todas as despesas que poderão ser feitas pelo poder público, com base numa estimativa de receita.
- (B)documento que relata as atividades realizadas por uma instituição pública em um determinado período.
- (C)plano estratégico que orienta as ações a longo prazo.
- (D)conjunto de normas e procedimentos que regulamentam a gestão financeira de uma instituição pública.

3. (2023)

“O Orçamento Público é o ato pelo qual o Poder Executivo prevê e o Poder Legislativo lhe autoriza, por certo período de tempo, a execução das despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei.”
(BALEIRO, 2015)

Considerando os principais elementos contidos no conceito, está **correto** afirmar que o

- (A)Poder Executivo é responsável pela consolidação das propostas orçamentárias elaboradas por cada Poder e envio ao Poder Legislativo, pois o orçamento é um ato de sua iniciativa exclusiva.
- (B)Poder Legislativo que autoriza o orçamento encaminhado pelo Poder Executivo, sendo condição obrigatória para sua execução conforme aprovado.
- (C)orçamento refere-se a um período delimitado de 12 (doze) meses, denominado exercício financeiro e que pode corresponder ou não com o ano civil.



Noções de Auditoria Governamental e Controles Interno e Externo

1. (2022)

As ações exercidas pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual destinar-se-ão, ainda, conforme prevê a Lei Estadual n.º 6.176/98 e alterações, a subsidiar:

- (A)o exercício da direção superior da administração pública estadual, a cargo do Secretário da Fazenda.
- (B)a supervisão de áreas dos Secretários Especiais de Estado.
- (C)a supervisão setorial dos Secretários Executivos de Estado e dirigentes de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Indireta apenas.
- (D)a informalização da gestão pública nos aspectos da formulação, planejamento, coordenação, execução e controle das políticas públicas.

2. (2022)

O controle da Administração Municipal do Poder Executivo, exercendo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncias de receitas, visando a salvaguarda dos bens, é de competência da:

- (A)Secretaria Municipal de Finanças e Tributos (SEMFT).
- (B)Secretaria Municipal de Controle Interno (SEMCI).
- (C)Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (SMTE).
- (D)Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo (SEMIU).
- (E)Pasta Especial do Chefe de Gabinete do Prefeito (CHEGP).

3. (2022)

Tem a função de acompanhar tanto das receitas como despesas, fornecendo subsídios ao gestor através de relatórios das eventuais distorções, da possível utilização despropositada dos recursos e de qualquer eventualidade de danos ao erário público. Estamos tratando da:

- (A)Execução Tributária.
- (B)Execução Orçamentária.
- (C)Execução Pecuniária.
- (D)Execução Primária.
- (E)Execução Ordinária.

4. (2022)

No Controle Externo Popular as contas dos Municípios ficarão anualmente à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade nos termos da lei. O prazo legal à disposição do contribuinte é de?

- (A)20 dias.
- (B)30 dias.
- (C)40 dias.
- (D)50 dias.
- (E)60 dias.



Noções de Direito Constitucional

1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Sobre as variadas concepções ou acepções a serem consideradas para conceituar o termo “Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

I. No sentido político de Carl Schmitt, a Constituição se aloca no mundo do dever-ser, e não no mundo do ser, caracterizando-a como decorrência da vontade racional do homem, e não das leis naturais.

II. Do ponto de vista material, o que vai definir se uma norma é constitucional é o seu conteúdo, pouco importando a forma pela qual essa norma foi introduzida no ordenamento jurídico, se dentro ou fora do texto constitucional.

III. No sentido jurídico, associado a Hans Kelsen, a constituição de um país é uma decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.), decisão concreta de conjunto sobre o modo e forma de existência da unidade política, diferenciando-a de leis constitucionais, que são os demais dispositivos inscritos no texto do documento constitucional.

IV. No sentido sociológico, associado ao alemão Ferdinand Lassalle, a constituição de um país é, em essência, a soma dos fatores reais do poder (forças políticas, econômicas e sociais) que regem a sociedade, sendo esta a Constituição real e efetiva.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Os Princípios Fundamentais, também chamados de Princípios Constitucionais, formam a base de toda a organização do Estado brasileiro. Neste sentido, considere o princípio que é tido como um objeto e um direito fundamental das pessoas; representa um verdadeiro status do ser humano; assegura o direito de participação na vida política do Estado; sua previsão, com o fundamento do Estado brasileiro, exige que o poder público incentive a participação popular nas decisões políticas do Estado. Está intimamente ligado ao conceito de democracia, pois supõe que o cidadão se sinta responsável pela construção de seu Estado, pelo bom funcionamento das instituições. Trata-se do Princípio Constitucional da:

- (A) Cidadania.
- (B) Soberania.
- (C) Iniciativa popular.
- (D) Valorização do trabalho e da livre iniciativa.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Considere que determinado governante brasileiro tenha negado asilo político a um indivíduo, sem que houvesse razões jurídicas para tal conduta. Neste caso, referida autoridade pública ofendeu:

- (A) Princípio básico da administração pública brasileira.
- (B) Objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
- (C) Princípio constitucional que rege as relações internacionais do Brasil.



1. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2022)

Durante fiscalização sanitária, certo agente público municipal competente se deparou com o acúmulo de lixo e fezes de animais aos fundos de determinado restaurante. Diante disso, passou a tomar as medidas e os atos legalmente cabíveis para a situação. Irritada, a pessoa que se apresentou como dona do recinto expulsou o agente do local. Ainda, afirmou que nenhuma multa, restrição ou determinação administrativa seria aplicada, pouco importando que o agente agiu conforme a lei, pois, como estavam ali apenas os dois, procuraria um advogado para lhe defender e ajuizar uma ação, sendo apenas a palavra dele contra a dela no que se refere à questão sanitária averiguada. Diante do exposto, assinale o atributo do ato administrativo que se contrapõe diretamente ao trecho de justificativa contido na afirmação da titular do estabelecimento.

- (A) Imperatividade.
- (B) Autoexecutoriedade.
- (C) Presunção de legalidade.
- (D) Presunção de veracidade.

2. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2023)

Dentre os atributos do ato administrativo temos a autoexecutoriedade, que permite à Administração Pública realizar a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, usando a força física, se preciso for, para desconstruir a situação violadora da ordem jurídica. São considerados exemplos de autoexecutoriedade, EXCETO:

- (A) Dispersão de passeata imoral.
- (B) Fechamento de açougue pela vigilância sanitária.
- (C) Interdição de estabelecimento comercial irregular.
- (D) Aplicação de multa de trânsito a veículo parado em local proibido.

3. (INSTITUTO CONSULPLAN - 2024)

Sabe-se que os atos administrativos são instrumentos essenciais para o funcionamento da Administração Pública. Eles são manifestações de vontade dos órgãos e agentes públicos que visam produzir efeitos jurídicos, regulando as relações entre o Estado e os administrados. Diante do exposto, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- (A) Enunciativo: são todos aqueles em que a Administração se limita a certificar ou a atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto, sem se vincular ao seu enunciado.
- (B) Normativo: caracterizado pela generalidade e abstração; isso significa que tais atos não atingem situações concretas específicas, mas se destinam a normatizar situações futuras. São atos discricionários e se submetem às mesmas regras de controle judicial das leis.
- (C) Negocial: aquele em que a vontade da administração coincide com a pretensão de um particular. Eles são exigidos quando o particular necessita obter uma anuência ou consentimento prévio do Estado para poder exercer legitimamente determinada atividade. Podem ser discricionários ou vinculados.
- (D) Ordinatório: possui a finalidade de disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional dos agentes públicos; portanto, eles têm alcance interno. Nessa linha, o seu fundamento é o poder hierárquico, pois esses atos são editados por um superior, tendo como destinatários os seus subordinados.



Legislação Municipal

1. 2025

Com base na Lei Orgânica do Município de Manaus, é correto afirmar que os limites do Município somente poderão ser alterados:

- (A) por meio de decreto legislativo municipal, desde que haja anuênciia dos municípios vizinhos.
- (B) mediante consulta pública à população afetada, aprovada por maioria simples da Câmara Municipal.
- (C) conforme previsto exclusivamente na Constituição da República Federativa do Brasil.
- (D) de acordo com a forma prevista tanto na Constituição da República quanto na Constituição do Estado do Amazonas.
- (E) se houver interesse do Prefeito e aprovação em sessão extraordinária da Câmara.

2. 2025

Segundo a Lei Orgânica do Município de Manaus, no exercício de sua autonomia, o Município poderá:

- (A) editar leis, desde que em consonância com leis estaduais e federais, ainda que contrarie seus próprios interesses locais.
- (B) instituir atos normativos apenas por meio de decretos legislativos aprovados pela Câmara.
- (C) adotar medidas pertinentes aos seus interesses e necessidades administrativas, inclusive editando leis.
- (D) aplicar medidas exclusivamente após consulta ao Tribunal de Contas do Estado.
- (E) exercer atos administrativos apenas mediante delegação do Estado do Amazonas.

3. 2025

Assinale a alternativa que apresenta uma competência expressa do Município de Manaus, conforme a Lei Orgânica:

- (A) Julgar as contas do Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Criar tributos estaduais e federais no território municipal.
- (C) Legislar sobre interesse local e suplementar legislação federal e estadual quando couber.
- (D) Regular o sistema bancário e fiscalizar o Banco Central no âmbito do município.
- (E) Expedir decretos estaduais com força de lei sobre políticas públicas.

4. 2025

A respeito da Guarda Municipal prevista na Lei Orgânica do Município de Manaus, é correto afirmar que:

- (A) Sua criação depende exclusivamente de lei estadual que discipline sua estrutura e atribuições.
- (B) Ela pode proteger apenas os bens móveis do Município.
- (C) Está destinada à proteção de bens, serviços e instalações do Município, devendo possuir corpo especializado de proteção ambiental.
- (D) Sua atuação limita-se à zona rural do Município.
- (E) É uma entidade autônoma e independente do Poder Executivo Municipal.